

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

PI-DDLAE.07872-8/2024
Processo: DDLAE.10167-5/2024

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual N° 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal N° 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto N° 99.274, de 06 de junho de 1990, resolve expedir a(o) presente DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME	CPF/CNPJ
SECRETARIA DA IRRIGACAO E INFRAESTRUTURA HIDRICA	22.911.207/0001-50

EMPREENDIMENTO

NOME
IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NAS LOCALIDADES MINADOR, BAIXÃO DOS SANTOS E ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE ANÍSIO DE ABREU – PI

ATIVIDADES

ATIV.27704

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA SIMPLIFICADO (D0038)

Município:

Anísio de Abreu (PI)

Coordenadas Geográficas:

09°11'22.00"S / 43°02'45.00"O

MEMORIAL DESCRITIVO

(-43.045833333333334, -9.189444444444444)

Assinado eletronicamente por Daniel Carvalho Oliveira Valente (Gabinete SEMAR) em 09/10/2024 às 10:04
[z4er7oD1H8IIsornOKdejhiF5xyu5EhvRbZ6aDA1L343Mxk3A17NQ5r1M24dCLBc]



Emitido eletronicamente em 09/10/2024 10:05 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link
<https://siga.semar.pi.gov.br/validar/> informando o token a seguir:

[SIGA.108821-7/2024.8CFF.7349.1CDE]





DETALHAMENTO

O projeto inclui a perfuração de um poço tubular com profundidade de 100 metros, parcialmente revestido. Também será construída uma casa de abrigo para o quadro de comando, barrilete e dosador de cloro, ocupando uma área de 5,29 m², que incluirá a instalação elétrica interna. Além disso, será adquirido e instalado um dosador de cloro.

Outra etapa do projeto envolve a implantação de um alambrado em mourões de concreto, com tela de arame galvanizado, e um portão de abrir medindo 2,00 x 3,00 m, para acesso ao poço e à casa de comando. Será construída uma adutora que conectará o poço ao reservatório elevado, totalizando 467,00 m de extensão, utilizando tubos de PVC PBA CL. 12 com diâmetro de 50 mm (conforme planta anexa).

Por fim, serão instalados reservatórios interligados com capacidade de 10,0 m³, feitos de fibra e base de concreto pré-moldado, com 8,0 m de altura (sendo 6,0 m de pé direito e 2,0 m de fundação), contando com três pilares e uma laje. O sistema será calçado, fundado e terá a logomarca da SEFIR. A distribuição de água será feita através de ligações domiciliares, garantindo acesso à água na porta de cada residência.

Assinado eletronicamente por Daniel Carvalho Oliveira Valente (Gabinete SEMAR) em 09/10/2024 às 10:04
[z4er7oD1H8IsornOKdejhiF5xyu5EhvRbZ6aDA1L343Mxk3A17NQ5r1M24dCLBc]



Emitido eletronicamente em 09/10/2024 10:05 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link <https://siga.semar.pi.gov.br/validar/> informando o token a seguir:

[SIGA.108821-7/2024.8CFF.7349.1CDE]



A presente DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO ESTADUAL foi emitida considerando o processo administrativo DDLAE.10167-5/2024, no qual as atividades na forma como declaradas foram consideradas de impacto ambiental insignificante/inexistente e atendeu, assim, aos critérios estabelecidos na legislação, conforme declarado a seguir:

Pergunta	Resposta
Localizada em formações dunares, planícies fluviais e de deflação, mangues e demais áreas úmidas?	Não
Localizada no bioma Mata Atlântica e implica corte e supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração, conforme dispõe a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006?	Não
Localizada na Zona Costeira e implica em alterações significativas das suas características naturais, conforme dispõe a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988?	Não
Localizada em zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, adotando-se o limite de 3 km (três quilômetros) a partir do limite da unidade de conservação, cuja zona de amortecimento não esteja ainda estabelecida?	Não
Desenvolvida em área de Preservação Permanente (APP)?	Não
Gera resíduos perigosos?	Não
Estoca, armazena e usa produtos perigosos em grande quantidade?	Não

CONDIÇÕES GERAIS

- A DDLAE no âmbito da SEMAR não se aplica às atividades de impacto local situadas em municípios licenciadores, devendo, neste caso, prevalecer as regulamentações específicas daquele município;
- A DDLAE não desobriga o responsável pela atividade/empreendimento do atendimento às normas de uso e ocupação do solo do município;
- Caso haja qualquer alteração na atividade/empreendimento que implique na mudança de sua classe conforme enquadramento contido no Anexo I da Resolução CONSEMA 033/2020, o interessado fica obrigado a requerer a DBIA ou licença ambiental junto à SEMAR;
- O desenvolvimento da atividade/empreendimento está restrito ao pedido protocolado e termos aprovados por meio do processo original, não devendo ocupar áreas de restrição e/ou interesse ambiental e áreas de preservação permanente sem expressa autorização deste órgão ambiental;
- Todas as informações prestadas são de inteira responsabilidade do interessado pela atividade/empreendimento, respondendo este legalmente pelas mesmas.
- A Dispensa de Licenciamento Ambiental não exige o empreendedor de atender aos regramentos específicos referentes à instalação/operação de atividades inseridas em Unidades de Conservação ou suas zonas de amortecimento.
- Em caso de localização em imóvel rural é obrigatória a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Esta Dispensa não exige o empreendedor de possuir e atender/cumprir a Certidão de Dispensa de Outorga ou Portaria de Outorga para uso dos recursos hídricos caso esteja previsto na atividade/empreendimento captação, barramento, lançamento e outros usos, conforme legislações específicas.

Assinado eletronicamente por Daniel Carvalho Oliveira Valente (Gabinete SEMAR) em 09/10/2024 às 10:04
[z4er7oD1H8Isonrn0KdejhiF5xyu5EhVrbZ6aDA1L343Mxk3A17NQ5r1M24dCLBc]



Emitido eletronicamente em 09/10/2024 10:05 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link <https://siga.semar.pi.gov.br/validar/> informando o token a seguir:

[SIGA.108821-7/2024.8CFF.7349.1CDE]



- ix. Esta Dispensa não autoriza o corte, a exploração ou a supressão de vegetação nativa.
- x. Esta Dispensa não exige o empreendedor de zelar pela conservação do solo e da água por meio de adoção de boas práticas agrônômicas, de minimizar os impactos ambientais advindos de suas atividades, bem como de cumprir as determinações da legislação ambiental vigente.
- xi. Qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência da SEMAR.
- xii. Em qualquer fase da atividade/empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.
- xiii. O empreendedor não está dispensado de buscar as demais licenças e/ou autorizações legalmente cabíveis, bem como de observar em sua atividade/empreendimento, as normas ambientais vigentes, sujeitando-se o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas no ordenamento jurídico.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Não há Condições Específicas para esta "Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DDLAE)"

OBSERVAÇÕES

Nada consta.

Teresina (PI), 09/10/2024

(assinado eletronicamente)
Daniel Carvalho Oliveira Valente
Secretário do Meio Ambiente
Secretário do Meio Ambiente
Gabinete SEMAR

Assinado eletronicamente por Daniel Carvalho Oliveira Valente (Gabinete SEMAR) em 09/10/2024 às 10:04
[z4er7oD1H8Isorn0KdejhiF5xyu5EhvRbZ6aDA1L343Mxk3A17NQ5r1M24dCLBc]



Emitido eletronicamente em 09/10/2024 10:05 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link
<https://siga.semar.pi.gov.br/validar/> informando o token a seguir:

[SIGA.108821-7/2024.8CFF.7349.1CDE]

